



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 075/2020-CLC/PGE

PROCESSO N.º 00009/PGE/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/2020-CLC/PGE

VALIDADE: 12 (doze) meses

HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Art. 3º, inciso I, II e IV do Decreto Estadual n.º 3.182/16;

A **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 00.394.577/0001-25, com sede na Avenida Antônio Coelho de Carvalho, n.º 396, Centro, CEP: 68.900-015, na cidade de Macapá/AP, neste ato representada por seu Procurador-Geral **NARSON DE SÁ GALENO**, nomeado pelo Decreto n.º 0024, publicado no DOE de 02/01/2015, inscrito no CPF sob o n.º 658.097.774-49, portador da Carteira de Identidade n.º 025.851 – AP (2ª via); ou por seu Subprocurador-Geral **THIAGO LIMA ALBUQUERQUE**, nomeado pelo Decreto n.º 0224, publicado no DOE de 14/01/2019, inscrito no CPF sob o n.º 879.347.953-00, portador da Carteira da OAB n.º 1676-B – OAB/AP ou pelo Subprocurador-Geral Adjunto **DIEGO BONILLA AGUIAR DO NASCIMENTO**, nomeado pelo Decreto n.º 0363, publicado no DOE de 25/01/2019, inscrito no CPF sob o n.º 221.086.058-00, portador da Carteira da OAB n.º 1533-B – OAB/AP, considerando a homologação da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica n.º 033/2020 - CLC/PGE, constantes nos autos do processo administrativo SIGA n.º 00009/PGE/2020, **RESOLVE**: registrar os preços da empresa indicada e qualificada na Ata de Registro de Preços n.º 075/2020-CLC/PGE, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, da Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar Estadual n.º 108/2018, do Decreto Federal n.º 8.538/2015, Decreto Federal n.º 10.024/2019, Decreto Estadual n.º 2.648/2007, Decreto Estadual n.º 3.182/2016, Decreto Estadual n.º 3.183/2016, Decreto Estadual n.º 3.184/2016, Decreto Estadual n.º 3.313/2016, na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, bem como na legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a formação de **Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos para a Atividade de Mergulho Autônomo, a fim de atender ao Convênio n.º 893283/2019, firmado entre o Governo Federal por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Corpo de Bombeiros Militar do Amapá -CBMAP**, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I – Termo de Referência – que integra o Edital e seus anexos, independente de transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a proceder às contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a compra pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. (Art.18 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016 c/c o §4º do art.15 da Lei n.º 8.666/93).

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRAL DE LICITAÇÕES ECONTRATOS



2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:

Lote	Especificações dos itens	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
05	<p>CILINDRO DE AR COMPRIMIDO PARA MERGULHO AUTÔNOMO (S 30) COM TORNEIRA YOKE (BAIL OUT) O cilindro deve ser confeccionado em liga de alumínio, seguindo a norma DOT; Rosca 3/4" NPSM (Padrão Americano); deverá ter capacidade de trinta pés cúbicos (30 ft cu) e trabalhar a uma pressão de 3000 PSI / 210 BAR. O registro (torneira) do tipo yoke, sem reserva, deverá ser fabricado em latão forjado, devendo possuir selo de segurança para sobre pressão e manopla com revestimento emborrachado. Todos os componentes deverão possuir peças de reposição com disponibilidade no Brasil, bem como assistência técnica autorizada. A data de fabricação do cilindro não poderá exceder em mais de um ano no ato da data de entrega no CBMAP.</p> <p><b>MARCA: XSSCUBA FABRICANTE: XSSCUBA MODELO: AL30</b></p>	Und	08	1.477,60	11.820,80
07	<p>COMPRESSOR DE AR DE BAIXA PRESSÃO: Características básicas: Compressor portátil de baixa pressão com umbilical para ar respirável, fabricado para a atividade de mergulho dependente, com motor a diesel e reservatório de ar comprimido, com capacidade de vazão mínima, por mergulhador, de vazão 30 pés cúbico medidos na pressão atmosférica (40 l/min medidos na pressão equivalente à profundidade do mergulho), e pressão de trabalho de 14,2 Kgf/cm<sup>2</sup>, em total conformidade com os índices previstos para mergulhos até a profundidade de 40 metros em condições especiais ou perigosas, previstos na NORMAM 15, lubrificado com óleo mineral não detergente, dotados de filtro para separação de água, óleo, partículas, reservatório de volume interno mínimo 100 L e outros contaminantes. O conjunto de compressor e filtro deverão ser capazes de fornecer ar comprimido que satisfaça, a qualquer tempo, aos limites de contaminantes previstos no capítulo 12 da NORMAM 15. O reservatório de ar comprimido deverá estar de acordo com Norma da ABNT (Tabela "A" da NBR</p>	Und	01	52.424,00	52.424,00



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



	12274) ou equivalente, apresentando volume interno de no mínimo 100 (cem) litros, ser dotado de manômetro de pressão de trabalho de até 14,2 Kgf/cm <sup>2</sup> , ser dotado de válvula de segurança, regulada para 10% acima da pressão de trabalho do reservatório, válvula de retenção na admissão de ar comprimido, dreno e janelas de inspeção (limpeza e inspeção visual interna). O equipamento deverá estar apto para operar com dois umbilicais simultaneamente, mantendo-se as vazões mínimas exigidas acima. Umbilical: Características básicas: 2 (dois) Umbilicais compatível com o compressor de ar de baixa pressão, comprimento de 70m a 100m, mangueira atóxica certificada para mergulho, empatado com cabo de vida de 10mm com capacidade de peso de içamento no UN 01 52.424,00 52.424,00 mínimo 150kl com mosquetão de aço inox de desengate rápido e conexões de aço inox tipo jic 6. <b>MARCA: BROWNIES FABRICANTE: BROWNIES MODELO: CTD390X</b>				
08	COMPRESSOR, PORTÁTIL, DE ALTA PRESSÃO PARA AR RESPIRÁVEL Características básicas: Compressor portátil de Alta Pressão para Ar Respirável. Compressor de ar respirável à alta pressão para cilindros de mergulho que garanta um ar seco e livre de contaminação ao recarregar o cilindro. Capacidade para abastecimento de cilindros com 225/330 bar; com conexão DIN e YOKE, com mangueiras de 1 m, manômetro e válvula de enchimento com purga, proteção do conjunto correia e polia, fabricado e montado em estrutura metálica com alça de transporte e pés de borracha. Sistema de purificação de ar respirável que proporcione o fornecimento de qualidade de ar superior ao exigido pela norma de segurança DIN EN 12021. - 300L/min. - 225/330 bar. - Ar Respirável. - Motor à Gasolina. <b>MARCA: LUXON FABRICANTE: LUXON MODELO: GMC 300/SH + PRESSÃO DUPLA</b>	Und	01	41.906,00	41.906,00
18	MÁSCARA FULL-FACE COM FONIA E KIT DE COMUNICAÇÃO – máscara full face e mesa de comunicação; KIT DE COMUNICAÇÃO PARA MERGULHO com 01 (uma) base e 02 (duas) máscaras FULL FACE: Máscara "full face" e sistema de comunicação mergulhador x superfície com as seguintes características mínimas: Mangueira de baixa pressão acoplável a qualquer	Und	03	27.733,00	83.199,00



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRAL DE LICITAÇÕES ECONTRATOS



	<p>primeiro estágio com saída da mangueira de segundo estágio pelo lado direito; Corpo em silicone antialérgico com sistema de dupla vedação; Sistema de comunicação (pressionando) para falar; Alimentação: bateria alcalina 9 volts (que deverá ser inclusa); Válvula reguladora de demanda de ar integrada (2º estágio) de alta performance, não podendo conter botão de ajuste do esforço inalatório. Válvula de exaustão unidirecional lateral, não podendo ser posicionada à frente da máscara. Deverá vir acompanhada de mangueira de baixa pressão na cor preta de 71 cm (variação +/- 5 % ); Lente em policarbonato com amplo campo de visão e alta resistência não podendo haver proteções extras do tipo película ou similar; Respiração nasal e oral; Válvula de respiração ambiente; Cinta de ajuste com cinco pontas ancoradas diretamente no corpo de silicone da máscara não podendo os mesmos serem ancorados ao aro rígido da máscara; Sistema de compensação em bloco, não podendo ser realizado através de mais de uma peça; Sobre o sistema individual de comunicação que vai em cada full face: Transmissor digital, microminiatura, ultrassônico que permita comunicação entre 2 ou mais mergulhadores e com a estação de superfície. Usando sistema técnico "Digital Signal Processing" (DSP), comunicação digitalmente controlada; ajuste de volume com possibilidade de mudança de canal A para canal B ou modo de transmissão de voz contínuo. Características: Faixa nominal: 50 á 500 metros dependendo das condições do mar e do nível de ruído ambiente; Tipo de transmissão: USB; Potência de transmissão de UN 03 27.733,00 83.199,00 saída: 1/2 Watt PEP; Frequência padrão: 32.768 kHz USB /31.250 kHz LSB; Largura de banda de áudio: 300 to 3,000 Hz; Controle Automático de Ganho: Maior do que 80dB: Fone de ouvido: Cerâmica; Microfone: ME- 16R HotMic. <b>MARCA: OTS FABRICANTE: OTS MODELO: GUARDIAN + BUDDYPHONE + ESTAÇÃO</b></p>				
21	<p>ROUPA SEMI-SECA COM CAPUZ INTEGRADO PARA MERGULHO Características básicas: Roupas semi-seca com capuz própria para mergulho, nas cores preta ou azul, feita em neoprene, com 3,0mm a 5,0mm de espessura, em peça inteira (manga dos braços e pernas longas), com um único zíper</p>	Und	15	3.940,00	59.100,00



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLC/PGE - Proc. nº  
00009/PGE/2020

Fls. \_\_\_\_\_

Rub.: \_\_\_\_\_

feito em metal e encaixe dos dentes por completo. O capuz e as extremidades dos pulsos e tornozelos deverão permitir o contato direto com o neoprene da roupa, selando as extremidades nestes pontos e promovendo assim uma maior vedação do interior da roupa. Proteção em borracha vulcanizada no peito; cotovelos e joelhos. Tamanhos M1, M2, M3, G1, G2 e G3. <b>MARCA: MARES</b> FABRICANTE: MARES MODELO: ZTHERM				
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 248.449,80</b>	

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

<b>1º Classificada – Empresa detentora da ARP</b>		
Razão Social: AFTER LIMITS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE LTDA	CNPJ: 26.342.129/0001-71	
Endereço: RUA DONA LUCI, Nº 264 - SL 02 , PALMEIRAS		
Cidade: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30575-380
Telefone: (31) 3582-2500/98811-1861		
Endereço Eletrônico: contato@afterlimitis.com.br		
Representante: Carla Lorena Brandão Oliveira		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF: 12809303/SSP/MG	CPF n.º 073.202.323-26	

2.3. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**, consoante os incisos I e III, §2º do art.13 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, no Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA (Decreto n.º 3.313/2016).

2.4. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, salvo o disposto nos artigos 19 a 21 do Decreto Estadual n.º 3.182 /2016.

2.5. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

Empresa	Item
<b>NÃO HOUE INTERESSADOS</b>	-

### 3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS



3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.2. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art.65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art.65 da Lei n.º 8.666/93.

#### 4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será a Procuradoria-Geral do Estado, que exercerá suas atribuições por intermédio da Central de Licitações e Contratos – Coordenadoria de Sistema de Registro de Preços.

4.2. São participantes os seguintes órgãos:

##### 4.2.1. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá – CBMAP;

#### 5. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Nos termos do art. 24 do Decreto n.º 3.182/2016, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. O quantitativo decorrente das aquisições ou contratações adicionais não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Central de Licitações e Contratos – CLC/PGE e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.4. De acordo com o art. 24, § 5º do Decreto Estadual n.º 3.182/2006, após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. O Órgão Gerenciador, além dos incisos consignados no art.5º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, obriga-se a:

6.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços - ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;



**6.1.2.** Observar para que, durante a vigência da presente ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

**6.1.3.** Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

**6.1.4.** Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

**6.1.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ARP.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

**7.1.** Cabe aos órgãos e as entidades participantes, além dos incisos consignados no art.7º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, o que se segue:

**7.1.1.** Deverão tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços – ARP, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições;

**7.1.2.** Designar o gestor do contrato, a quem compete zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, inclusive pela solicitação de aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, aos fornecedores e aos prestadores de serviço;

**7.1.3.** Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação dos beneficiários, os quantitativos disponíveis e os preços a serem praticados;

**7.1.4.** Informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no edital e firmadas na Ata de Registro de Preços - ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para fornecimento de bem ou prestação de serviços e;

**7.1.5.** Aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

**8.1.** A Adjudicada detentora da ARP, além das disposições contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, obriga-se a:

**8.1.1.** Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes;

**8.1.2.** Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto, por intermédio de carta endereçada a esta Central de Licitações, nas ocasiões em que houver a substituição daquele anteriormente indicado na proposta definitiva de preços (Anexo II do Edital);

**8.1.3.** Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não da execução dos serviços a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a Ata, conforme **item 5.1.**



## 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Com fundamento no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e Art. 29 do Decreto Estadual nº 2.648/2007, **ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Amapá** e será descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo demais cominações legais, a CONTRATADA que:

- a) Não mantiver a proposta;
- b) Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido, não aceitar ou retirar a nota de empenho;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Fornecer material que não atenda à especificação exigida no edital;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

9.2. Para os fins da alínea “h”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos Arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, **inexecução parcial ou inexecução total das obrigações**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

b) **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

c) **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) **Suspensão temporária de participar em licitação**, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, em relação ao órgão da administração ou entidade Contratante que a aplicou;





**f) Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

**9.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

**a)** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**b)** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**c)** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**9.5.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do item 9.3 desta Seção poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**9.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e, subsidiariamente, o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 9.784/1999, sendo competência do órgão Gerenciador o processamento das penalidades.

**9.7.** Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente, deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas;

**9.8.** A CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo à eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no Art. 45 da Lei nº 9.784/1999.

**9.9.** O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**9.10.** Aplicada à penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas condições dos itens 9.08 e 9.09, a licitante será notificada para efetuar o recolhimento do seu valor, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

**9.11.** As situações dispostas no art. 78 da Lei 8.666/93 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

## 10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

**10.1.** O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

**10.1.1.** Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

**10.1.2.** Não retirar a Nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**10.1.3.** Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese deste se apresentar superior aos praticados no mercado;

**10.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

**10.1.5.** Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

**10.1.6.** A pedido do detentor da Ata, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

## **11. DA PUBLICIDADE**

**11.1.** O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no órgão da Imprensa Oficial do Estado, conforme o disposto no § 3º do art. 13 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 033/2020-CLC/PGE** e as propostas, com preços, quantidades e especificações;

**12.2.** As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**12.3.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**12.4.** Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

**12.5.** Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente administrativo.

**12.6.** Se o vencimento cair em dia que não houver expediente administrativo, os prazos de que trata o subitem serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Macapá-AP, 30 de outubro de 2020.

**Procurador Geral**

**Karla Lorena Brandão Oliveira**  
CPF 073.202.326-26  
**Representante Legal da Beneficiária da ARP**  
**AFTER LIMITS COMÉCIO DE**  
**EQUIPAMENTOS DE RESGATE LTDA.**  
CNPJ n.º 26.342.129/0001-71